

## SEGURANÇA

Entidades que congregam auditores-fiscais e analistas-tributários querem saber se participam das operações nos portos e aeroportos contra o tráfico de armas e drogas

Divulgação/Receita Federal



Apreensão pela Receita de pouco mais de 2kg de skunk no Galeão. Várias descobertas como essa são feitas pelos agentes do fisco diariamente

# GLO não cita Receita e incomoda agentes

» MAYARA SOUTO

A decisão do governo federal de decretar uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO) restrita aos aeroportos internacionais e aos principais portos de São Paulo incomodou os funcionários da Receita Federal. Isso porque auditores-fiscais e analistas-tributários, assim como todos os servidores que atuam nos recintos alfandegados, não são citados no Decreto 11.765, que trata apenas da participação dos militares — despachados para atuar nas operações que visam sufocar a logística das quadrilhas que contrabandeam armas e drogas.

A primeira entidade a manifestar incômodo com a GLO foi a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Sindical), que, em nota, disse ter recebido com “perplexidade e ceticismo” o decreto. “A GLO tem vício de origem porque deixou de fora justamente a Receita Federal, que detém a expertise em selecionar, reconhecer e apreender ilícitos internacionais, e é a responsável pela fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras. Uma ação integrada deveria



**A GLO tem vício de origem porque deixou de fora justamente a Receita Federal, que detém a expertise em selecionar, reconhecer e apreender ilícitos internacionais, e é a responsável pela fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras”**

**Trecho da nota da Unafisco Sindical**

envolver todas as forças de segurança, em particular essa, por ser a que mais apreende drogas no país”, diz a nota.

O Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita) corroborou a crítica da Unafisco Sindical. Segundo a entidade, nos últimos cinco anos, os analistas ajudaram na apreensão de mais de 198 mil toneladas de cocaína — “o que representa R\$ 35,6 bilhões a menos para financiar o crime organizado, de acordo com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal”.

“O órgão é responsável pela fiscalização e pelo controle sobre o comércio exterior, nos termos do Art. 237 da Constituição

Federal”, lembra o Sindireceita, em nota.

A nota do sindicato dos analistas-tributários lembra, ainda, que em 2011, na gestão da então presidente Dilma Rousseff, o Plano Estratégico de Fronteiras foi anunciado sem a participação da Receita Federal na fiscalização. Porém, semanas depois, o fisco foi chamado a participar.

“Esperamos que seja realmente um ‘esquecimento’. Caso contrário, estaremos diante de uma ação deliberada para ‘apequinar’, novamente, a Receita Federal do Brasil. [...] Temos a plena certeza que não existirá nenhuma ação que seja efetiva contra o crime organizado sem a presença da aduana brasileira, que possui

servidores especializados no combate ao contrabando e descamiño”, observa o Sindireceita.

### Expertise

Já o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) nem apoiou nem criticou o decreto da GLO. Mas ressaltou a importância da atuação da categoria em operações dessa natureza. “Não é possível uma ação integrada do Estado brasileiro com vistas a sufocar essas organizações sem a participação da Receita Federal. Para a realização desse trabalho, é importante que ela esteja equipada e em condições de atuar, o que exige a reversão do desmonte que sofreu nos últimos governos e a efetiva valorização de suas autoridades fiscais”, alertou.

A partir de 6 de novembro, 3,7 mil integrantes das Forças Armadas atuarão na GLO. A Marinha empregará 1,1 mil pessoas; o Exército, 2 mil; e a Aeronáutica, mais 600. O governador do estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, vinha cobrando a participação do governo federal em alguma operação para asfixiar as quadrilhas de traficantes e drogas e as milícias.

# Ação combinada com Banco Central

» FERNANDA STRICKLAND

O secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli, afirmou, ontem, que o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), assinado na quarta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, será complementado com novas medidas — a serem anunciadas na próxima semana. Conforme adiantou, haverá uma reunião com o Banco Central (BC) no sentido de ajustar os dispositivos de rastreamento da operação financeira das quadrilhas que movimentam armas e drogas.

Cappelli salientou que o Ministério da Justiça quer uma maior pressão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), organismo cuja função é examinar e identificar operações financeiras suspeitas. A pasta quer estrangular, o mais que puder, a movimentação de recursos das quadrilhas. Uma vez descapitalizadas, oporão menor resistência às incursões das forças de segurança e dos militares.

Segundo Cappelli, por meio da GLO atual “o governo não vai

Jerônimo Gonzalez/MJSP



Segundo Cappelli, ministério quer uma atuação mais efetiva do Coaf

substituir a função do policiamento ostensivo. Militares vão reforçar as responsabilidades do governo federal nos portos, aeroportos e fronteiras”. O secretário-executivo ainda fez um cálculo sobre o efetivo que deverá ser lançado contra as quadrilhas. “A Polícia Federal tem cerca de

13 mil homens para atuar em todo o território nacional. Já a Aeronáutica tem cerca de 65 mil homens, a Marinha tem mais de 80 mil. Com esse contingente tão expressivo que as Forças Armadas têm, por que não usá-las no apoio às atribuições federais no tocante à segurança pública?”, questionou.

### Ajustes

O secretário salientou, ainda, que a programação da GLO pode ser ajustada com o tempo. Com os 3,7 mil homens das Forças Armadas que vão atuar em portos e aeroportos, haverá um acréscimo de quase 30% no efetivo que auxiliará as ações da PF.

Ele ressaltou que os militares vão respaldar, nos portos e aeroportos, os agentes da PF nas investigações. Cappelli explicou que a GLO é necessária para permitir a movimentação das Forças Armadas nas funções restritas aos agentes de segurança pública. Nas fronteiras, o Exército pode atuar dessa maneira, daí porque não houve necessidade de um decreto.

“No caso dos portos, a Marinha pode nos apoiar, mas apenas na parte molhada, no mar. Na parte seca, terrestre dos portos, não tem competência legal para atuar, a não ser que tenha a GLO. Nos aeroportos, igualmente: a Aeronáutica atua no espaço aéreo, mas, dentro dos aeroportos, auxiliando a PF; a aeronáutica precisava ter um dispositivo que permitisse”, explicou.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Kieber sales



## Haddad no fogo cruzado entre o PT e o Centrão

Como diria Aparício Torelly, o humorista Barão de Itararé, se dependesse apenas da aerodinâmica, o besouro não poderia voar. É mais ou menos o que está acontecendo com a proposta de deficit zero para o Orçamento da União de 2024. É um objetivo estratégico para a equipe econômica resolver a crise fiscal, nos marcos do novo arcabouço aprovado pelo Congresso, e conseguir consolidar a rota de retomada do crescimento com a inflação dentro da meta de 3% ao ano.

Essa meta está valendo para 2024, 2025 e 2026, conforme decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e serve como eixo de atuação do Banco Central (BC), que tem na taxa de juros sua principal ferramenta para conter a inflação. A indefinição sobre a política fiscal do governo, a partir da revelação feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o deficit zero não será atingido, desestabilizou as negociações entre a equipe econômica e o Congresso.

Hoje, está prevista uma nova conversa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, que ontem deu novas declarações de que a meta de deficit zero será mantida pelo governo. Será mesmo? Essa é a interrogação do mercado, cuja resposta depende da aprovação da Reforma Tributária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — o relator, deputado Danilo Fortes (PP-CE), ontem conversou com integrantes da equipe econômica.

“O pior dos mundos é a incerteza. O governo não tem uma posição clara e só temos 20 dias para aprovar a LDO. Tenho uma visão crítica em relação à expectativa criada em relação ao deficit zero. Sou contra aumentar impostos e, também, não concordo com o aumento de subsídios”, explicou Fortes, que pretende apresentar seu relatório sobre a LDO em duas semanas.

### Novas exceções

Ontem, em pleno feriado, Haddad se reuniu com o relator da Reforma Tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), que incluiu no texto da novas exceções, que representam um aumento de 0,5 ponto nos subsídios em relação ao texto aprovado pela Câmara. Segundo os técnicos da Fazenda, esses benefícios vão elevar a alíquota do futuro IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para 27,5%.

Ao sair do encontro, Haddad disse que a posição da Fazenda é sempre restritiva às exceções, mas compreende as dificuldades dos relatores da reforma no Senado e na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Segundo o ministro da Fazenda, “eles sabem das dificuldades, sabem dos grupos de interesse que se manifestam ali”. E como sabem!

Na versão de Eduardo Braga, terão regime diferenciados operações alcançadas por tratado ou convenção internacional, inclusive missões diplomáticas e representações consulares e de organismos internacionais; serviços de saneamento e de concessão de rodovias; operações que envolvam a disponibilização da estrutura compartilhada dos serviços de telecomunicações; serviços de agência de viagem e turismo; e transporte coletivo de passageiros rodoviários intermunicipal e interestadual, ferroviário, hidroviário e aéreo.

O texto aprovado na Câmara previa o pagamento de apenas 40% da alíquota padrão pelos serviços de saúde e educação; produção de alimentos, produtos básicos de higiene pessoal e limpeza; agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura; insumos agrícolas produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais, atividades desportivas e comunicação institucional; dispositivos médicos; dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência; bens e serviços relacionados à soberania e segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética; medicamentos; e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual.

De volta ao besouro, reduzir impostos e aumentar gastos é a lei da gravidade no Congresso. Se Lula não prestigiar a equipe econômica, Haddad será encurralado pelo Centrão, que cria dificuldades para aumentar a arrecadação, e a bancada do PT, que não quer abrir mão de gastos que poderiam ser evitados. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, é o vértice dessa aliança no Palácio do Planalto.

**REDUZIR IMPOSTOS E AUMENTAR GASTOS É A LEI DA GRAVIDADE NO CONGRESSO. SE O PRESIDENTE LULA NÃO PRESTIGIAR SUA EQUIPE ECONÔMICA, HADDAD SERÁ ENCURRALADO**